



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ-EXECUTIVO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ESCOLAS CONECTADAS

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Dados da Reunião:

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
12/09/2025	14h30	16h30	Reunião Virtual Microsoft Teams

Participantes:

Membros do Comitê:

Nome	Unidade	Presença
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa (Coordenador)	SE/MEC	-
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Titular)	SEB/MEC	-
Evanio Antonio de Araújo Junior (Suplente)	GAB/GM	Presente
Anita Gea Martinez Stefani (Suplente)	DAGE/SEB/MEC	Presente
Thalita Ferreira de Oliveira (Titular)	SAM/CC	Presente
Bruno Custodio de Moura (Suplente)	SAM/CC	Presente
Beatriz Vasconcellos de Araujo (Titular)	SAM/CC	-
Patrick Leonardo de Faria e Silva (Suplente)	SAM/CC	Presente
Sônia Faustino Mendes (Titular)	SE/MCOM	-
Juliano Stanzani (Suplente)	MCOM	Presente
Hermano Barros Tercius (Titular)	MCOM	-
David de Oliveira Penha (Suplente)	MCOM	Presente
Juana Nunes Pereira (Titular)	MCTI	-
Cláudia Ferreira de Maya Viana (Suplente)	MCTI	Presente
André Luiz Dias de Oliveira (Titular)	MME	-
Andrea Naritza Silva Marquim de Araújo (Suplente)	MME	Presente
Eduardo Marques da Costa Jacomassi (Titular)	ANATEL	Presente
Patrícia Rodrigues Ferreira (Suplente)	ANATEL	Presente
Fernanda Pacobahyba (Titular)	FNDE	-
Marcio Augusto Roma Buzar (Suplente)	FNDE	Presente
Levi Pereira Figueiredo Neto (Titular)	TELEBRAS	-
Nauro Luiz Scheufler (Suplente)	TELEBRAS	-
Maria Araújo Parreiras (Titular)	BNDES	Presente

Nome	Unidade	Presença
Daniel dos Santos Carvalho (Suplente)	BNDES	-
Lisandro Zambenedetti Granville (Titular)	RNP	Presente
Antonio Carlos Fernandes Nunes (Suplente)	RNP	Presente

Outros Participantes:

Nome	Unidade
Ana Úngari Dal Fabbro	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Marina Galvão Kovács	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Gabriel Negri Nilson	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Ana Carolyne Alves Afonso	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Matheus Nakamura	CGTI/DAGE/SEB/MEC
João Vitor Silva Miranda	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Rodrigo Lofrano	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Ana Júlia de Barros Souza	DAGE/SEB/MEC
Hugo Monteiro Jacome	MCOM
João Aloísio Vieira	MCOM
Luciana Campos da Natividade	BNDES
Marcos Cesar de Oliveira	BNDES
Tassiana Cunha Carvalho	SE/MEC
Sylvia Cristina Toledo	FNDE

Pauta da Reunião:

Item	Descrição
1	Indicador Escolas Conectadas ajustado (deliberativo);
2	Ampliação do escopo de atendimento de escolas pelo Programa Aprender Conectado (deliberativo);
3	Apresentação Painel de monitoramento Enec;
4	Atualizações sobre o monitoramento das políticas de conectividade;
5	Informes gerais;
6	Outros temas de interesse dos membros.

RELATO DA REUNIÃO

Evânio Antônio de Araújo Júnior, suplente, realizou a abertura da reunião, saudou os presentes e verificou o quórum necessário para dar início. Em seguida, apresentou os itens da pauta, destacando seis tópicos: (i) Indicador Escolas Conectadas ajustado (deliberativo); (ii) Ampliação do escopo de atendimento de escolas pelo Programa Aprender Conectado (deliberativo); (iii) Apresentação Painel de monitoramento Enec; (iv) Atualizações sobre o monitoramento das políticas de conectividade; (v)

Informes gerais e (vi) outros temas de interesse dos membros. Na sequência, passou a palavra à Anita Gea Martinez Stefani para tratar do primeiro item de pauta.

1. Indicador Escolas Conectadas ajustado (deliberativo)

Anita Gea Martinez Stefani, suplente, cumprimentou os presentes e salientou que a pauta referente ao indicador de escolas conectadas foi apresentada e aprovada no Comitê Executivo em novembro de 2024. Anita lembrou que a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) foi lançada em setembro de 2023, completando dois anos neste mês. Mencionou que, até o final de 2023 e início de 2024, o trabalho principal concentrou-se na organização das diversas bases de dados, informações de políticas e fontes de recursos, sendo os primeiros seis meses dedicados à organização de dados. Informou que, no segundo semestre de 2024, foi proposto o indicador para traduzir a complexidade da política em um instrumento de fácil acompanhamento pelo público, pelos parceiros e pelo próprio Ministério da Educação (MEC), além de servir para monitorar os avanços e pontos de atenção. Acrescentou que o indicador abrange os três desafios: energia elétrica, velocidade de internet adequada (segundo parâmetros definidos pelo comitê) e a disponibilização de Wi-Fi para distribuir o sinal nos ambientes pedagógicos. Ressaltou que, mesmo após a aprovação em novembro de 2024, o aperfeiçoamento continuou devido à complexidade das fontes de dados. Mencionou a repercussão, em abril/maio de 2025, com solicitações de informações adicionais sobre o monitoramento do Escolas Conectadas, o que reforçou a necessidade de aumentar a publicidade e a transparência dos dados. Nesse contexto, explicou que está sendo proposto o Painel oficial de monitoramento (Power BI) da ENEC. A proposta apresentada não altera a lógica geral do indicador, mas aperfeiçoa a hierarquia das fontes de informação consideradas para consolidar as informações de velocidade, Wi-Fi e energia. Anteriormente, diante de várias fontes sobre a velocidade de uma mesma escola, considerava-se a maior velocidade declarada, fosse pelo medidor, pelo contrato ou pela declaração do gestor. Agora, prioriza-se a maior aderência possível ao que de fato está sendo contratado (que reflete o recurso público efetivamente aplicado) e a frequência com que os dados chegam, garantindo maior atualidade. Por exemplo, o Censo Escolar é anual, enquanto o medidor traz informações mais constantes. Considerando a aderência, o que de fato é contratado e a maior frequência, a reorganização das fontes traz mais confiabilidade ao indicador.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, agradeceu a oportunidade e explicou que, até o momento, as principais fontes de informação utilizadas eram declarações, como as do Ministério das Comunicações sobre as políticas públicas sob sua coordenação e as das próprias escolas no preenchimento do monitoramento da PIEC, além de dados do Medidor Educação Conectada. Relatou que se iniciou uma análise dessas fontes, com foco na aderência e na frequência, e destacou que a principal preocupação era a informação sobre a velocidade da internet, pois era o objetivo principal e crucial para a alocação adequada de apoio às escolas. Ressaltou a importância de identificar os desafios específicos a serem endereçados, diferenciando as escolas sem internet na velocidade adequada daquelas com problemas em equipamentos, especialmente no Wi-Fi. Ao avaliar o Medidor Educação Conectada na versão de download, utilizada pela escola em seus equipamentos, foram identificadas, em diversas conversas técnicas com o NIC.br, parceiro do MEC nesse medidor, inconsistências na velocidade de internet. O medidor, em alguns casos, não indicava a velocidade contratada pela escola. Essa discrepância era atribuída a fatores como cabeamento antigo e ultrapassado, que limitava a velocidade adequada, limitações na rede Wi-Fi ou nos equipamentos de distribuição, com capacidade máxima de 100 MB, e problemas no próprio equipamento onde o software estava instalado. Foi destacado que tais problemas estavam mais relacionados à rede Wi-Fi. Mesmo com o aumento da velocidade contratada, a limitação persistiria, impactando a efetividade da política pública. Essa situação gerava uma discrepância entre a velocidade contratada e a efetivamente disponível na escola. Apesar das dificuldades, o medidor apresentou vantagem em relação à frequência de atualização, proporcionando informações mais atuais. Comparou as declarações com os dados do medidor, destacando que, no caso da PIEC, a frequência de atualização era anual, enquanto em outras políticas era bimestral. Essa diferença resultava em informações parciais, com menor qualidade em comparação ao medidor, mas com maior aderência, especialmente considerando que a pergunta se referia à velocidade contratada para a escola, ainda que sujeita a erros de submissão. Por esse motivo, a declaração não era considerada uma fonte de aderência plena, levando à investigação mais aprofundada de outras fontes já utilizadas, como contratos e o SimetBox, mas com menor intensidade. Relatou que, em anos anteriores, já havia sido iniciado um piloto

solicitando às escolas, no monitoramento da PIEC, além da declaração da velocidade contratada, o contrato, visando validar as informações e aumentar a segurança em relação ao declarado. Em 2025, essa informação passou a ser obrigatória para todas as escolas que contratavam internet com recursos da PIEC, resultando em uma base de dados com mais de 50 mil contratos. Ana explicou que o SimetBox se diferenciava do medidor instalado, sendo o primeiro posicionado no equipamento de borda, antes da distribuição via cabeamento ou Wi-Fi, e, portanto, não estava sujeito às limitações do hardware ou da rede interna, medindo a velocidade exata entregue pela operadora. Destacou-se que, por esse motivo, o SimetBox era a fonte mais precisa atualmente e foi incorporado como obrigatoriedade em todas as contratações da EACE e dos editais do FUST, exigindo que as empresas contratadas instalassem o equipamento no momento da instalação do Wi-Fi nas escolas. Explicou que, dentro dessa nova hierarquia de fontes, a ordem seria: primeiro o SimetBox, depois o contrato, e em seguida a declaração e o Medidor Educação Conectada, considerados equivalentes, sendo utilizada a maior velocidade em caso de divergência entre eles. Ana apresentou o impacto dessa mudança, mostrando que, pela hierarquia antiga, 69,4% das escolas estavam nos níveis 4 e 5, e com a nova hierarquia esse percentual passava para 65,4%. Justificou a alteração afirmando que essa nova hierarquização trazia mais força, consistência e segurança para a tomada de decisão do Comitê sobre se a escola estava ou não dentro dos parâmetros adequados. Informou-se ainda que seria criada uma categorização para marcar como em diligência as escolas cujos dados de velocidade eram antigos, com mais de dois anos, ou conflitantes, o que representava cerca de 17 mil escolas, a fim de garantir esforço adicional para a obtenção de informações mais atualizadas. Ela explicou que, nos casos em que houvesse divergência entre a declaração e o medidor, se uma indicasse que a escola estava dentro da velocidade adequada e a outra não, a escola também seria marcada como em diligência, para garantir melhor informação no ciclo seguinte de monitoramento. Finalizou destacando que essas escolas estariam identificadas na publicação do Painel de Dados Abertos, garantindo transparência em relação às limitações de informação.

Anita Gea Martinez Stefani, suplente, enfatizou dois pontos, salientando que, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), nenhuma política pública educacional possui um monitoramento tão em tempo real e com tanto nível de detalhamento quanto a da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC). Essa característica se justifica por se tratar de uma infraestrutura de dados e internet. A suplente destacou que, por esse motivo, vinham aperfeiçoando o indicador e implementando possibilidades de diligência para garantir a melhor informação possível. Ressaltou, ainda, que se trata de políticas públicas em escala nacional, o que exige esforço não apenas do MEC como coordenador, mas de todos os atores que coletam informações, além das redes estaduais e municipais que, embora não estejam representadas no comitê, fazem parte do ecossistema. Anita enfatizou que, apesar da complexidade, estavam seguros de que as informações e fontes garantiam um alto grau de qualidade, inclusive em âmbito internacional. Por fim, a suplente acrescentou que é preciso se orgulhar disso, mas que também é necessário manter a transparência e sempre aprimorar o indicador, assegurando informações robustas e estáveis para decisões de alocação de recursos e outros fatores relacionados à política pública.

Ana Ungari Dal Fabbro, convidada, propõe que, além da aprovação do indicador no âmbito do Comitê Executivo, seja elaborada uma resolução que o institua formalmente. A resolução visa explicitar as obrigações de publicidade dos números e da metodologia, conferindo maior segurança aos dados apresentados. A resolução, intitulada “Indicador Escolas Conectadas”, considera os parâmetros estabelecidos nas resoluções nº 2 e nº 3 do Comitê Executivo da ENEC. A resolução nº 2 define os parâmetros de velocidade adequada, enquanto a resolução nº 3 apresenta as recomendações de Wi-Fi. O Indicador Escolas Conectadas será um instrumento da ENEC para aferir o grau de conectividade das escolas públicas. O cálculo do indicador será realizado a partir da combinação dos parâmetros técnicos de conectividade recomendados. O Inec será calculado considerando o acesso à energia elétrica adequada, a disponibilidade do serviço de conexão à internet em velocidade adequada para uso pedagógico e a distribuição suficiente do sinal de internet dentro da escola. Os parâmetros considerados para o indicador são aqueles definidos em resolução do comitê. A apuração será feita com base em fontes de informação de medições técnicas realizadas em campo, em sistemas de monitoramento remoto, em bases administrativas oficiais de órgãos governamentais e em informações autodeclaradas pelas redes e escolas. É importante destacar o terceiro parágrafo da resolução, que aborda as obrigações de transparência. Esse parágrafo estabelece que a metodologia detalhada de cálculo, incluindo fórmulas,

critérios técnicos, faixas de classificação e hierarquização de fontes, será publicada no portal do Ministério da Educação (MEC) e atualizada sempre que necessário. Essa medida garante publicidade, transparência e comparabilidade. Ressalta-se que a resolução cria essa obrigação permanente de atualização da metodologia e detalha que Inec classificará as escolas em níveis de conectividade, do zero ao cinco. O nível zero corresponde à escola sem conexão à internet ou sem energia adequada; o nível um, à escola com velocidade inadequada e sem rede Wi-Fi; o nível dois, à escola com velocidade e rede Wi-Fi inadequados; o nível três, à escola com velocidade adequada, mas sem rede Wi-Fi; o nível quatro, à escola com velocidade adequada e rede Wi-Fi insuficiente; e o nível cinco, à escola com velocidade e rede Wi-Fi adequados. É importante ressaltar que o Inec será publicado anualmente pelo MEC em relatórios consolidados por escola, rede e ente federativo, com ampla publicidade dos resultados. Esses resultados poderão subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas e orientar a alocação de recursos. Diante da alteração metodológica e da nova resolução, a proposta de deliberação é aprovar o indicador conforme o aperfeiçoamento e a resolução que o formaliza.

Evânio Antônio de Araújo Júnior, suplente, consultou os presentes sobre a aprovação do Indicador, conforme proposta de aperfeiçoamento da hierarquização das fontes de velocidade, e da resolução que o formaliza. Não havendo manifestações contrárias, declarou-os aprovados.

Deliberou-se: Aprova-se o Indicador Escolas Conectadas conforme proposta de aperfeiçoamento da hierarquização das fontes de velocidade.

Deliberou-se: Aprova-se a nova Resolução formalizando o Indicador Escolas Conectadas, conforme proposta apresentada.

2. Ampliação do escopo de atendimento de escolas pelo Programa Aprender Conectado (deliberativo)

Anita Gea Martinez Stefani, suplente, esclareceu que, em fevereiro de 2024, durante reunião do Comitê Executivo, foi definido o início da estratégia para garantir internet com fins pedagógicos em todas as escolas do Brasil. Relatou que, na ocasião, foi apresentado um mapa do Brasil com a distribuição das escolas, categorizadas de acordo com os desafios e localidades, e separadas por tipo de fonte de recursos que poderia atender o desafio da conectividade, de acordo com o tipo de investimento. Informou que, para o Programa Aprender Conectado, financiado com recursos do edital do 5G, definiu-se que a prioridade seria o atendimento às escolas estaduais e municipais fora da área de fibra, consideradas as mais desafiadoras e isoladas. Ressaltou que, como se tratava de um recurso com capacidade de execução mais direta e independente do interesse do mercado, a priorização representava um compromisso do governo com a equidade, invertendo a lógica de deixar essas escolas para o fim. Afirmou que a maior parcela dos recursos do Programa Aprender Conectado foi direcionada para essas escolas e que os resultados já indicavam um ritmo muito bom de ampliação da conectividade. O aprimoramento do monitoramento, com a obtenção de informações mais precisas, possibilitou a qualificação dos dados sobre as escolas que se encontravam ou não em áreas com fibra ótica, bem como o progresso da implementação da EACE. Essa evolução levou à compreensão de que seria viável ampliar o escopo da iniciativa. Ressaltou-se que, embora a prioridade continuasse sendo as escolas fora da área de fibra, identificou-se a necessidade de incluir também aquelas que, mesmo localizadas em áreas com fibra, não atendiam aos parâmetros da ENEC e não possuíam outra política federal prevista para atendê-las. Salientou que essas escolas representavam uma lacuna e estariam totalmente descobertas. Mencionou-se ainda que existiam escolas cobertas por programas como o GESAC, ou pelo PBLE, política prevista para ser descontinuada em breve. Como essas escolas já estavam cobertas, não foram incluídas nas listas iniciais. A proposta de deliberação visava autorizar a possibilidade de expansão do atendimento, de forma subsidiária e complementar, para incluir escolas em áreas de fibra que estivessem fora dos parâmetros da ENEC ou que fossem atendidas pelo GESAC ou por políticas federais em processo de descontinuidade. Ressaltou-se que a inclusão dessas exceções no escopo do programa Aprender Conectado ficava condicionada à observância dos critérios estabelecidos, à validação das listas no âmbito do GAPE e à disponibilidade financeira, de modo a não comprometer a cobertura das prioridades.

Ana Ungari Dal Fabbro, convidada, destacou que o objetivo é continuar preservando a prioridade estabelecida, mas assegurando, considerando o cenário atual da EACE, que tem a segurança para incluir escolas fora dos parâmetros, mesmo em áreas com fibra ótica. Ressaltou a preocupação em evitar que escolas sejam desconectadas devido à descontinuidade de políticas. Informou que a proposta de lista

elaborada pelo MEC já havia sido apresentada ao Ministério das Comunicações e que passaria por análise no subgrupo técnico do GAPE e, posteriormente, pelo próprio GAPE, salientando que a deliberação em curso visava apenas possibilitar essa inclusão.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, titular, cumprimentou os presentes e declarou que, em relação à questão de assumir outros programas e expandir para outras escolas, a possibilidade era viável enquanto o GAPE dispusesse dos recursos necessários para os investimentos. Ressaltou a importância de garantir que a sucessão fosse realizada em conformidade com os parâmetros da ENEC, e que não fossem assumidos, com recursos do GAPE, programas e escolas que estejam com a velocidade inadequada, mantendo a velocidade inadequada. Explicou que, sempre que for assumir um novo programa, a adequação aos parâmetros da ENEC deveria ser prevista.

Juliano Stanzani, suplente, cumprimentou os presentes e iniciou sua fala expressando dúvidas a respeito do último parágrafo da deliberação sobre os critérios estabelecidos. Questionou se a necessidade de o atendimento obedecer aos parâmetros da ENEC estava contemplada. Juliano fez um apelo para que esse tipo de iniciativa fosse precedido por interação prévia. Destacou que, tanto na ENEC quanto em experiências como o FUST, havia se aprendido sobre a importância de finalizar as propostas antes de submetê-las, de modo a garantir o bom funcionamento da coordenação.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, esclareceu que a lista havia sido enviada e discutida com a equipe do Ministério das Comunicações, mas reconheceu a necessidade de também compartilhá-la com todas as áreas do Ministério.

Juliano Stanzani, suplente, complementou que a ampliação do escopo do GAPE era uma medida positiva, porém deveria ter sido previamente alinhada com Sônia e Hermano, em sua qualidade de representantes, visto que a equipe não estava devidamente informada sobre o conteúdo.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, esclareceu que parte da proposta, como a questão das escolas do GESAC, tinha se originado no próprio Ministério das Comunicações, enfatizando este ponto para melhor compreensão.

Juliano Stanzani, suplente, declarou ter conhecimento da interação ocorrida entre os dias anteriores a respeito do prazo e relatou que foi orientado a se manifestar nesse sentido, a fim de que o cuidado fosse mantido e o bom relacionamento preservado.

Thalita Ferreira de Oliveira, titular, parabenizou o Ministério da Educação (MEC) pela iniciativa e pelo trabalho realizado, assim como o Ministério das Comunicações (MCom) por sua participação. Reconheceu que o MEC possuía maior domínio das metodologias, números e monitoramento, conduzindo-os com responsabilidade e seriedade. Agradeceu a colaboração e solicitou que, especialmente em deliberações, os documentos fossem compartilhados com antecedência. Explicou que a intenção não era apenas compartilhar na semana da reunião, mas com tempo hábil para a compreensão da metodologia e, em caso de divergências, a possibilidade de discussão prévia. Afirmou que o objetivo não era travar o processo, mas garantir clareza no que está sendo aprovado, visto que mudanças metodológicas impactavam a divulgação do programa como um todo. Thalita reforçou que a antecipação das explicações contribuía para o aperfeiçoamento, a melhoria e a segurança nas deliberações.

Evânio Antônio de Araújo Júnior, suplente, indagou se havia outros pontos a serem discutidos e submeteu a proposta de ampliação do escopo de atendimento de escolas pelo Programa Aprender Conectado à votação. Não havendo manifestações contrárias, declarou-a aprovada.

Delibera-se: aprova-se a possibilidade de expansão do atendimento, em caráter subsidiário e complementar, do Programa Aprender Conectado para escolas situadas em áreas já cobertas por fibra ótica.

3. Apresentação Painel de monitoramento EneC

Ana Úgari Dal Fabbro, convidada, apresentou o Painel de Monitoramento da ENEC. A primeira tela, conforme explicado, mostrava a visão geral do indicador de escolas conectadas, já utilizado em reuniões anteriores, com o número total de escolas e a distribuição entre aquelas que estão nos parâmetros adequados (em verde) e as demais (em cinza). No lado direito, o painel apresentava a visão específica por

desafio – energia elétrica, velocidade e Wi-Fi – além da série histórica dos indicadores por região. Em seguida, o indicador com detalhamento dos níveis por unidade da federação foi apresentado, permitindo visualizar não apenas a visão binária, mas também os diferentes níveis de conectividade, desde escolas sem conectividade ou energia até escolas nos níveis mais altos, tudo de forma detalhada. Em seguida, apresentou a visualização da aba “Desafios”. No desafio da energia, o painel destaca em amarelo os estados onde ainda há escolas sem energia elétrica, as quais podem ser localizadas no mapa. O segundo desafio apresenta as velocidades de internet, categorizando as escolas em adequadas, inadequadas, sem informação ou sem conexão. O terceiro desafio aborda o Wi-Fi, mostrando as escolas com Wi-Fi adequado, inadequado, não monitorado e aquelas sem informação suficiente para classificação, além das que não possuem Wi-Fi, também com detalhamento em mapa. Acrescentou que, na etapa de monitoramento, estava sendo desenvolvida uma página específica para todas as políticas, mas que, no primeiro momento, a prioridade era divulgar as informações sobre o indicador e os desafios, validando posteriormente a página de cada política com os respectivos responsáveis. Informou ainda que o painel permitirá consulta individual por escola. Finalizou solicitando que os membros avaliassem o painel e enviassem comentários ou sugestões, inclusive com a possibilidade de reuniões específicas para discutir as contribuições.

4. Atualizações sobre o monitoramento das políticas de conectividade

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, apresentou os resultados das políticas de conectividade, destacando que, com as novas metodologias de cálculo do indicador e os dados atualizados, 65,4% das escolas públicas já se encontravam dentro dos parâmetros adequados. Ana iniciou a apresentação detalhando os avanços do Programa Aprender Conectado (EACE), informando que, somando o projeto-piloto e as fases 2, 3, 4.1 e 4.2, o programa abrangia 23.283 escolas, das quais 7.984 já estavam atendidas nos desafios de energia, velocidade e Wi-Fi. Destacou o avanço considerável nas ativações de energia desde a última reunião, resultado de alinhamentos com o Ministério de Minas e Energia, garantindo que a ausência de energia não inviabilizasse a instalação da conectividade dentro da EACE. Ana também mencionou a homologação do resultado da fase 4.2, com início da assinatura dos contratos, bem como o envio da lista de escolas para a fase 5 ao Ministério das Comunicações para discussão no subgrupo técnico do GAPE. Informou que a Telebrás avançava nas ativações satelitais em escolas remotas.

David de Oliveira Penha, suplente, cumprimentou os presentes e informou que, em relação às políticas do Fust e da EACE, os números estavam sendo revisados. O crescimento registrado pelo Fust havia sido menor neste mês em comparação ao anterior, mas ainda estavam realizando um batimento de informações com a vivo. Quanto a EACE, estava tento um bom ritmo de conexões. Por cautela, não apresentaria números detalhados naquele momento, mas que poderiam disponibilizar uma compilação em conjunto com o MEC posteriormente. Acrescentou que a expectativa era alcançar cerca de vinte mil escolas conectadas ainda naquele mês, somando as duas iniciativas.

Ana Ungari Dal Fabbro, convidada, destacou que o Ministério da Educação (MEC) busca apresentar sempre os números mais recentes possíveis ao Comitê, embora existam diferenças temporais devido ao ritmo acelerado de ativações. Esclareceu que apenas são incorporadas ao painel de monitoramento as informações validadas com identificação precisa das escolas, para garantir segurança e consistência. Ana prosseguiu apresentando o status do Fust Benefício Fiscal, informando que 8.016 (89%) das escolas previstas no FUST Direto 1 foram ativadas. No Fust Direto 2, cujo processo licitatório fora concluído recentemente, estava prestes a iniciar a implementação nas escolas, com novas orientações às operadoras para corrigir problemas identificados na primeira rodada. Desde a última reunião, houve a ativação de mais de 1.748 escolas em rede externa e 4.479 escolas tiveram instalação de redes internas. Também foi iniciado um processo de checagem junto ao NIC.br sobre a instalação do SimetBox em todas as escolas atendidas pelo Fust, uma vez que haviam sido identificados problemas de sincronização em alguns pontos, os quais já estavam sendo corrigidos para assegurar que todas as escolas ativadas gerassem medições pelo SimetBox. No caso do Fust não reembolsável orçamentário (NRO), havia 1.500 escolas previstas para atendimento, sendo 1.393 dos principais e foram contratadas mais 107 escolas que estavam na lista de espera, das quais 397 já estavam ativadas. Ana destacou também que no segundo edital havia lista com 1.258 escolas apresentada ao Ministério das Comunicações, a qual deveria ser deliberada pelo Conselho Gestor do Fust. Como ponto de atenção, registrou o atraso na implementação

das escolas previstas no lote da RIX Telecom no edital anterior, que estava sendo acompanhado de perto pelo BNDES, inclusive como base para ajustes nas exigências do novo edital.

Luciana Campos da Natividade, convidada, complementou a fala anterior informando que, em relação ao segundo edital do Fust, o valor correto era de 53,3 milhões. Acrescentou ainda que, quanto à empresa RIX Telecom, estavam sendo adotados os procedimentos pertinentes, estando em negociação um cronograma para cumprir o prazo de 26 de dezembro.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, agradeceu a complementação e prosseguiu explicando que, em relação aos recursos fust reembolsável, não havia grandes novidades em relação a novas contratações ou ampliações de atendimento. Ana registrou que 66 escolas já estavam ativadas, principalmente em Minas Gerais e Tocantins. Em relação à Lei nº 14.172/2021, a convidada destacou que, na última reunião, havia um saldo de 2,45 bilhões de reais em conta dos estados, valor que atualmente é de 2,31 bilhões de reais, indicando uma execução de 1,8 bilhão de reais no período. Observou que ainda havia estados que não haviam iniciado a execução, como Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Paraíba, Piauí, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Ana também informou que o FNDE havia publicado nova resolução autorizando alterações nos planos de ação estaduais, desde que alinhadas às metas de conectividade da ENEC. Explicou que alguns estados já haviam procurado o MEC para realizar ajustes e que, embora demonstrassem atrasos, as mudanças poderiam destravar execuções paradas. Concluiu ressaltando que, apesar das diferenças percentuais, havia avanços concretos nas execuções. Relatou também que a segunda rodada de adesão do Piec foi encerrada, com previsão de pagamento para 102 mil escolas, totalizando 305 milhões de reais até novembro, com execução integral do orçamento previsto para 2025. Informou ainda que, na frente de energia elétrica, 2.653 escolas haviam sido atendidas por meio do Luz para Todos e da EACE, o que representava 58% do universo atualizado. Uma nova rodada de consultas às concessionárias foi realizada para detalhar prazos de atendimento, de forma a identificar com mais clareza o que seria entregue em 2025 ou em 2026. Ana ressaltou a importância da contribuição do Ministério de Minas e Energia para a análise dos impactos sobre o cronograma da EACE, especialmente considerando as escolas sem cobertura de fibra ótica e aquelas sem energia elétrica. Diante da possibilidade de atrasos nas concessionárias, o MEC avalia a inclusão de mais escolas na EACE para atendimento em energia, mitigando impactos no cronograma de conectividade. Outro ponto abordado foi a análise da adoção, pela EACE, das especificações de painéis solares do programa Luz para Todos, visando à manutenção pelas concessionárias após os dois anos de responsabilidade da EACE, o que aumentaria a sustentabilidade das soluções.

Andrea Naritza Silva Marquim de Araújo, suplente, agradeceu a exposição de Ana. Reforçando o compromisso do Ministério de Minas e Energia em fornecer informações tempestivas e detalhadas para apoiar a ENEC, destacando a complexidade de coordenar diversas políticas e fontes de recursos. Reiterou que a pasta está à disposição para apoiar também na etapa de alinhamento com as concessionárias, especialmente na recepção e integração dos ativos implementados pela EACE, colocando-se à disposição para dialogar e colaborar tecnicamente nesse processo.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, prosseguiu informando que houve avanços na conectividade das escolas por meio de obrigações de fazer resultantes de negociações da Anatel. Destacou que as principais implementações vinham sendo realizadas pela V.tal e Algar, e que o número de escolas conectadas aumentara de 549 para 661 desde a última reunião. Considerando que o processo vinha avançando satisfatoriamente, sem pontos de atenção relevantes. Em relação ao GESAC, informou que havia atualmente 9.052 escolas ativas. Informou que muitas dessas escolas já estavam incluídas no escopo da EACE e, conforme decisão no GAPE, passariam a ser atendidas diretamente pela EACE, assumindo também a instalação de Wi-Fi. Por esse motivo, foi deliberado que essas escolas receberão atendimento provisório da EACE até que haja outro direcionamento.

David de Oliveira Penha, suplente, concordou com a explicação, enfatizando que o atendimento via EACE era provisório até que outras políticas fossem implementadas. Ressaltou ainda que as escolas sem alternativas continuariam a ser absorvidas em fases futuras, como a fase 5 do programa, por se tratarem de unidades vulneráveis e sem conectividade.

Ana Úngari Dal Fabbro, convidada, informou que, em relação as escolas conectadas pela RNP, havia cerca de 2.000 escolas conectadas, todas em pleno funcionamento, sem novidades a acrescentar. Antes

de concluir, apresentou a visão geral dos novos atendimentos a serem iniciados em setembro, destacando a fase 4.2 da EACE, com 7.834 escolas em contratação e implementação iminente, além das escolas pendentes das fases 2, 3 e 4.1 para conexão satelital, totalizando mais de 4.000. Mencionou também o início do Fust Direto 2, com 2.045 escolas, e da V.tal, com 478 escolas adicionais, totalizando 14.391 escolas contratadas ou em fase de contratação imediata. Observou que ainda havia atendimentos não validados, como a fase 5 da EACE e o edital do Fust NRO 2, aguardando aprovação do Conselho Gestor, e a obrigação da Sky de conectar 178 escolas por satélite.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, titular, registrou que todas as escolas conectadas por meio da EACE, do Fust, das obrigações de fazer e V.tal estão sob acompanhamento da Anatel, com processos de fiscalização e acompanhamento abertos para verificar o cumprimento das metas de conexão.

Evânio Antônio de Araújo Júnior, suplente, não havendo novas manifestações, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e desejou um ótimo restante de dia.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Naritza Silva Marquim de Araujo, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Fernandes Nunes, Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ARAUJO PARREIRAS, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **David de Oliveira Penha, Usuário Externo**, em 23/10/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Anita Gea Martinez Stefani, Diretor(a)**, em 27/10/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Stanzani, Usuário Externo**, em 28/10/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Augusto Roma Buzar, Usuário Externo**, em 28/10/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Leonardo de Faria e Silva, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Evanio Antonio de Araujo Junior, Secretário(a)**, em 29/10/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6228592** e o código CRC **F42DF102**.